

A ECONOMIA ROMANA ERA UMA ECONOMIA DE MERCADO? ^{*1}

Jean Andreau ^{**}

Resumo:

O meu objetivo neste artigo é discutir sobre a existência de mercados abstratos no mundo mediterrâneo à época romana. Quero mostrar de um lado, contra a opinião de M. I. Finley, que havia mercados abstratos no mundo romano com relação aos bens materiais consumíveis (como o trigo), com relação aos bens materiais não consumíveis (a terra, por exemplo) e também com relação aos bens imateriais (como o trabalho). Já de outro lado, quero mostrar, contra a opinião de P. Temin, que esses mercados eram parciais, fragmentados e não unificados, e que não podemos falar da existência de uma economia de mercado no mundo romano. Neste artigo vou me dedicar ao estudo do funcionamento dos mercados abstratos envolvendo três bens de naturezas bem diferentes: o trabalho, o trigo e o crédito. Defendo que todos os três existiam, mas nenhum deles enquanto mercado unificado. O terceiro mercado, o do crédito, Temin curiosamente não procurou provar que fosse unificado - ele destaca a sofisticação desse mercado, mas sem se interessar tanto pelo seu caráter unificado. Também não acredito que ele seja unificado, mas ele é muito interessante, porque nós temos sobre o tema uma documentação significativa, documentos que tratam particularmente sobre as taxas de juros.

Palavras-chave: economia antiga; economia romana; economia de mercado; história romana.

* Recebido em 20/07/2015 e aceito em 31/08/2015. Tradução de Deivid Valério Gaia (UFRJ) e revisão de Fábio Faversani (Ufop).

** Professor emérito da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Antigo membro da Escola Francesa de Roma, antigo aluno da Escola Normal Superior de Paris. Membro permanente do Anhima – Antropologia e História dos Mundos Antigos e membro colaborador do Lhia - Laboratório de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

L'ECONOMIE ROMAINE ÉTAIT-ELLE UNE ÉCONOMIE DE MARCHÉ?

***Résumé:** Mon objectif dans cet article est de discuter l'existence de marchés abstraits dans le monde méditerranéen à l'époque romaine. Je veux montrer d'une part, contre l'opinion de M. I. Finley, qu'il existait des marchés abstraits dans le monde romain, pour les biens matériels consommables (comme le blé), pour les biens matériels non consommables (la terre, par exemple) et aussi pour les biens immatériels (comme le travail). Je veux montrer d'autre part, contre l'opinion de P. Temin, que ces marchés étaient partiels, fragmentés, et non pas unifiés, et qu'on ne peut donc pas parler de l'existence d'une économie de marché dans le monde romain. Je vais consacrer l'article au fonctionnement des marchés abstraits de trois biens de natures différentes: le travail, le blé et le crédit. Tous trois existaient, selon moi, mais aucun des trois n'était unifié. Le troisième marché, celui du crédit, Temin, curieusement, n'a pas vraiment cherché à prouver son unification ; il souligne la sophistication de ce marché du crédit, mais sans s'intéresser autant à son caractère unifié. Je ne crois pas, moi non plus, qu'il soit unifié, mais il est très intéressant, parce que nous avons à son propos des documents très significatifs, documents qui portent notamment sur le taux de l'intérêt.*

***Mots-Clés:** économie ancienne; économie romaine; économie de marché; histoire romaine.*

O que é um “mercado”? Evidentemente, antes de qualquer coisa, trata-se de um edifício ou um espaço no qual há trocas comerciais de bens. Neste artigo, chamarei tais edifícios e tais espaços de mercados concretos. Mas a palavra mercado pode ter outro significado: pode se tratar de um conjunto de trocas em que intervém o jogo da oferta e da procura de tal sorte que este jogo consegue estabelecer o preço da mercadoria vendida. É normal que tal preço varie em função da quantidade do bem ofertado e da procura por parte dos compradores. De acordo com as circunstâncias, a variação de preço pode ser pequena ou, ao contrário, grande e rápida.

A partir do segundo sentido da palavra mercado, um terceiro é igualmente utilizado: também é chamado mercado a zona geográfica no interior da qual, para um tipo de mercadoria, tais trocas se realizam de acordo com o jogo da oferta e da procura. Não é nada fácil delimitar tal zona, sobretudo a partir dos documentos de que dispomos para a Antiguidade. Mesmo se encontramos cerâmica em alguma parte, não é evidente que esse local faça parte do mercado dessa cerâmica no sentido geográfico da palavra. Nos seus segundo e terceiro sentidos, tomarei a palavra como designadora de mercados abstratos.

Os preços são importantes para decidir a integração dos mercados. Mas, quando os encontramos (o que é muito raro no caso de Antiguidade), são de difícil utilização. Com efeito, preços diferentes nem sempre querem dizer que os dois lugares não pertenciam a um mesmo mercado. É necessário ter certeza de que os dois preços não correspondam a produtos diversos, e que não resultem de relações diferentes entre o vendedor e o comprador. Ao contrário, o mesmo preço não significa que da mesma forma ele pertença ao mesmo mercado.

E mais, há economia de mercado. A existência de mercados não significa necessariamente a existência de uma economia de mercado, mas as definições que os economistas dão a essa economia são frequentemente pouco precisas. Por exemplo, Roger Guesnerie, um economista francês contemporâneo, escreve que a economia de mercado é aquela na qual “uma parte substancial da atividade está organizada em torno de instituições chamadas mercados” (GUESNERIE, 2006). A partir de qual fração da atividade podemos falar em “parte substancial”? Um economista americano, Peter Temin, escreve que uma economia de mercado é “uma economia na qual a maior parte dos recursos é estimada segundo os preços que se modificam livremente em função das mudanças nas condições do contexto” (TEMIN, 2001). Mas, em seguida, ele se interroga a fim de saber a partir de quantas trocas de mercado podemos concluir pela existência de uma economia de mercado (“Quantas trocas de mercado são necessárias para construir uma economia de mercado?”). Ele se preserva de responder à questão.

Para a Antiguidade greco-romana, muitas ideias divergentes ou mesmo contraditórias foram defendidas sobre os mercados, não sobre os mercados concretos, mas sobre os mercados abstratos e sobre a economia de mercado. Com efeito, desde o fim do século XIX, desenvolve-se o debate sobre o arcaísmo e a modernidade das economias antigas, debate que foi chamado usualmente de “Controvérsia Bücher-Meyer”, porque um sociólogo alemão chamado Karl Bücher e um historiador chamado Eduard Meyer tiveram um papel importante nesse debate por volta de 1900. Nessa controvérsia, alguns (normalmente chamados de “modernistas” pelos adversários) insistem na proximidade existente entre o funcionamento das economias antigas (ou pelo menos de algumas épocas da economia antiga) com as economias dos séculos mais recentes. Outros, pelo contrário (que são chamados pelos adversários de “primitivistas”), dão destaque ao arcaísmo das economias antigas como um todo. Estes insistem na distância que existe

entre as economias antigas e a economia dos tempos modernos, antes da Revolução Industrial, na Europa Ocidental e na América, ou mesmo, a economia do fim da Idade Média.

Ao longo da primeira metade do século XX até os anos 1970, a corrente modernista dominou, e seu principal nome era Michel I. Rostovtzeff, autor de duas grandes obras: **The Social and Economic History of the Roman Empire** (1926) e **The Social and Economic History of the Hellenistic World** (1941), trabalhos que exerceram grande influência. Para ele, era evidente que, em certas épocas entre o século IV a.C. e o III d.C., o mundo greco-romano tinha conhecido uma economia de mercado e era totalmente legítimo analisá-la da mesma forma que as economias modernas ou mesmo contemporâneas.

As coisas mudaram com a publicação do livro de Moses I. Finley, **The Ancient Economy** (1973). Finley nessa obra opôs-se às ideias de Rostovtzeff e de outros “modernistas”: acreditava que, se a Antiguidade tinha, por certo, conhecido alguns altos e baixos, ela era, no seu conjunto, mais arcaica que a Europa Ocidental dos tempos modernos (entre os séculos XVI e XVIII) e mesmo mais arcaica do que a economia dos tempos medievais. Sob a influência de Max Weber, Finley pensava que os primeiros germes da Revolução Industrial eram já perceptíveis ao fim da Idade Média e que esses germes estavam ausentes no mundo greco-romano. Segundo ele, uma das principais diferenças entre a Antiguidade e o mundo moderno está ligada à própria noção de economia no seu estado atual e a existência da Ciência Econômica: tanto uma quanto outra, escreve Finley, apareceram no século XVIII. Suas ideias (1973) tiveram um papel importante, principalmente nos países anglófonos, entre os anos 1970 e o final do século XX.

Entre os temas por ele abordados, o comércio e o mercado ocuparam um espaço não negligenciável. No livro **The Ancient Economy** e nas “Reflexões adicionais” que acompanham a segunda edição, ele anuncia de maneira precisa e categórica suas conclusões sobre o mercado enquanto princípio abstrato de bens produzidos. E distingue três casos:

- mercado de bens materiais consumíveis (por exemplo, os bens alimentares);
- mercado de bens materiais não consumíveis (como a terra, os imóveis e o dinheiro);
- mercado de bens imateriais (como a força de trabalho).

Ele refutou a ideia de que tenha existido na Antiguidade greco-romana mercados de bens materiais não consumíveis ou de bens imateriais.

Finley sabia, evidentemente, que havia vendas de terras, mas não acreditava que se pudesse falar em mercados de terra, porque avaliava que essas vendas não eram objeto de publicidade e não davam então lugar a uma concorrência. Elas se realizavam, segundo ele, entre as pessoas que já se conheciam, os vendedores procuravam possíveis compradores entre as pessoas que estavam próximas à sua convivência. E o autor sustentava tal ideia com dois ou três exemplos tirados das obras de autores antigos, mas não a partir do estudo de todos os casos conhecidos.

Quanto aos bens materiais consumíveis, mesmo que admitisse a existência de mercados abstratos, ele insistia no caráter extremamente fragmentado desses mercados e no fato de que o comércio era limitado a produtos de luxo. Refutava totalmente a ideia de que tais mercados tenham servido de reguladores do conjunto da economia, que toda a economia antiga tenha sido uma economia de mercado. Ele definia a economia de mercado como “um enorme conglomerado de mercados interdependentes” (fórmula emprestada de um certo Eric Roll), estimando que tal conglomerado não tenha existido na Antiguidade (FINLEY, 1973).

Tais ideias de Finley sobre o mercado foram muito discutidas. Mas os que a ele se opuseram insistiram particularmente na vivacidade das trocas, na intensidade dos transportes e no lucro que o comércio permitia. Eles não se orientaram em direção a uma análise do funcionamento dos mercados no sentido abstrato do termo, mesmo que tenhamos várias obras sobre feiras e mercados concretos. Nos anos 1980, a questão do mercado abstrato se colocou de maneira bastante aprofundada, ao que me parece, no único tema sobre a questão da terra em um artigo de Peter W. De Neeve. Mas tal artigo se consagrou muito mais aos preços das terras e ao mercado de produtos da agricultura do que à própria terra. Para os bens materiais produzidos pela agricultura, De Neeve (1985) concluiu que não havia na Itália centro-meridional um mercado unificado, mas uma pluralidade de mercados e que eles eram hierarquizados.

Somente mais recentemente, durante os anos 2000, é que a situação foi realmente modificada – em particular, por causa de Peter Temin, economista do Massachusetts Institute of Technology citado há pouco. Ele se interessa há mais ou menos dez anos pela Antiguidade e trata do mercado

em todos os seus artigos, pois quer mostrar antes de mais nada que a economia romana era uma economia de mercado. Sua ideia geral é sempre a mesma: havia no mundo romano um mercado unificado (TEMIN, 2001, 2004, 2006).

Quanto a mim, estou convencido de que existiram mercados abstratos no mundo romano relacionados aos bens materiais não consumíveis (como a terra, os imóveis e o dinheiro) e relacionados aos bens imateriais (como a força de trabalho). Mas não acredito que a economia romana tenha sido uma economia de mercado. No entanto, este artigo não se consagra ao problema geral da economia de mercado no mundo romano, mas a observações sobre o funcionamento dos mercados abstratos envolvendo três bens de natureza bem diversa: o trabalho, o trigo e o crédito – ou seja, o dinheiro. E escolhi tal tema por duas razões:

1. parece-me mais interessante analisar o funcionamento de casos específicos, ao invés de ficar somente em observações gerais sobre a economia de mercado;
2. se demonstro que existiam mercados de bens tão importantes como o trigo e o dinheiro, mas que estes mercados eram, por sua vez, fragmentados e não unificados, terei dado argumentos tanto contra a hipótese de uma economia de mercado no mundo romano quanto contra as conclusões muito redutoras de Finley.

Discutirei então, sucessivamente, o mercado do trabalho, o mercado de trigo e o mercado do crédito. O primeiro caso, o mercado do trabalho, faz parte daqueles que Finley negava a existência (mercados de bens imateriais). Temin afirma o contrário, e de maneira categórica, que tal mercado era unificado no mundo romano. Vou tentar mostrar que isso é indefensável. O segundo, o do trigo, é o mercado de um bem material consumível, e a sua existência não deixa dúvidas, mas ele era unificado? Quanto ao terceiro, o do crédito, Temin curiosamente não procurou provar que fosse unificado: destaca a sua sofisticação, mas sem se interessar tanto pelo caráter unificado. Também não acredito que ele seja unificado, mas é um mercado muito interessante, porque temos sobre o tema uma documentação significativa, documentos que tratam particularmente sobre as taxas de juros.

Começo pelo caso do mercado do trabalho, porque é um bom exemplo. Peter Temin dedicou um artigo sobre o tema, “O mercado de trabalho no início do Império Romano” (2004), que, a meu ver, é o pior de seus artigos.

Ele apresenta dois critérios da existência de um mercado de trabalho. Por um lado, o trabalhador deve ser livre para trocar de atividade e de lugar; por outro lado, ele deve ser pago de acordo com a produtividade de seu trabalho, a fim de que saiba qual tipo de trabalho escolher. Este segundo critério me parece extremamente difícil de ser utilizado, mesmo para a época contemporânea. Mas, para a Antiguidade, é absolutamente seguro: esse critério é inutilizável. Como podemos saber se um trabalhador na Antiguidade era pago de acordo com a produtividade de seu trabalho?

Além disso, Peter Temin se confrontou com o problema do escravismo. Praticamente todos os historiadores admitem que, para o conjunto do Império, em todas as épocas, a quantidade de trabalho livre era mais importante que a de trabalho servil. Mesmo na Itália, onde havia mais escravos, no I século a.C. e no I século d.C., os escravos provavelmente só constituíam uma minoria, não mais do que 30 ou 40% da população. No entanto, sua presença na agricultura e na pecuária, por exemplo, não era de todo negligenciável, principalmente na Itália. Ora, é impossível defender que os mercados de trabalho livre e de trabalho servil constituíam uma única e mesma unidade. Também é impossível defender que os escravos eram livres para escolher suas atividades e o lugar de trabalho. O mercado do trabalho servil era, antes de tudo, um mercado de escravos, comprados como pessoas e não por seu trabalho em si. Para sair desse problema, Temin insiste nas características do escravismo romano, que ele opõe aos Estados Unidos. A alforria era frequente em Roma, segundo ele, mas era rara nos Estados Unidos. Por outro lado, o escravismo romano era “aberto”, enquanto o escravismo americano era “fechado”. “Aberto” quer dizer que o antigo escravo, ou pelo menos seus filhos e seus netos poderiam se integrar totalmente à população de homens e mulheres ingênuos, nascidos livres. “Fechado” quer dizer o contrário: que os antigos escravos não conseguiam jamais a se integrar totalmente à população dos homens e mulheres livres. Uma vez que os antigos escravos eram integrados à população de homens e mulheres livres, Temin pensa que eles estavam em concorrência com os ingênuos no interior de um único mercado de trabalho. Provavelmente seja verdade que o escravismo romano tenha sido muito mais “aberto” e que a alforria tenha sido frequente em Roma. Entretanto a argumentação de Temin continua não sendo válida, porque ele se centra no caso dos libertos, e não dos escravos. O trabalho dos libertos não se confunde com o trabalho dos escravos.

No mercado dos escravos, muitos componentes podem ser distinguidos. Há os mercadores de escravos, os traficantes, que os introduziam no Império ou que adquiriam homens e mulheres reduzidos à escravidão no interior e os encaminhavam aos centros de consumo. No final do século II a.C. e no início do século I a.C., quando Roma, a península Itálica e a Sicília eram os principais centros de consumo e muitos escravos da Ásia e da Síria transitavam por Delos, o mercado devia ser bem concentrado e talvez unificado. Provavelmente isso também seja válido para os escravos capturados em guerra, os quais os magistrados romanos vendiam rapidamente nos lugares próximos àqueles onde a guerra se desenrolava. Esses escravos deviam ser controlados principalmente por mercadores especializados. E quando a proveniência e os percursos dos escravos foram demasiadamente diferentes e a guerra desenvolveu um papel pouco importante, parece mais difícil concluir que tenha havido um mercado unificado. Além disso, havia muitas transações privadas de revenda de escravos, transações que escapavam ao domínio dos mercadores e que dependiam de situações locais. As tabuinhas das cidades do Vesúvio mostram um grande número dessas transações privadas, nas quais os mercadores não intervinham e elas se concluía quando os escravos vendidos tinham sido dados como caução a seus devedores que, em seguida, não conseguiam pagar suas dívidas. Na Itália e em outras regiões, essas vendas de caução se faziam em leilões e no contexto de mercados periódicos (*nundinae*). Mas se a existência dos leilões permitia uma publicidade relativamente ampla quando havia essas vendas, o mercado era sobretudo local ou regional.

De todo modo, o mercado de escravos era seguramente menos fragmentado, menos dividido em pequenos setores que o mercado de trabalho dos homens e mulheres livres. Com efeito, é necessário levar em conta o estatuto e a condição dos libertos que, na maior parte dos casos, limitava fortemente sua liberdade de circulação e as escolhas de suas atividades. Os libertos deviam horas de trabalho aos seus patronos (*operae*), e era o patrono que escolhia o lugar dessas horas de trabalho. O liberto era proibido de concorrer com a atividade do patrão. Em muitos casos, o liberto comerciante ou artesão provavelmente continuava a trabalhar com o seu patrão. Assim se explicam os grupos de libertos que tinham o mesmo gentílico e trabalhavam na mesma profissão, como, por exemplo, em Roma os *Veturii* na tinturaria, os *Caedicii* na ourivesaria e os *Caucilii* no banco e nos leilões.

Há ainda todo um conjunto de problemas relativo à mão de obra agrícola. Uma parte da mão de obra assalariada na agricultura era composta por pequenos arrendatários e meeiros (*coloni*) que, por sua vez, eram utilizados como mão de obra sazonal. O mercado que tinha esse tipo de mão de obra era necessária e predominantemente local: seu preço só poderia variar em função da oferta e da procura locais. Além disso, quando se tem o colonato, se coloca, pelo menos para certas províncias, o problema da liberdade dos colonos e das obrigações que podiam resultar no eventual endividamento destes.

Então, penso que existiam mercados de trabalho, mas estes eram extremamente fragmentados, sobretudo o de homens e mulheres livres, que se compunham de múltiplos setores menores. Além disso, o mercado dos escravos não configura propriamente um mercado de trabalho. Certamente a função principal do escravo era trabalhar para o seu senhor, mas evidentemente ele não era livre para escolher o trabalho e o local; e quando havia a venda de um escravo, a transação recaía sobre o escravo e não somente sobre o seu trabalho.

* * *

O trigo é, no mundo romano, o mais importante dos bens materiais consumíveis. A cultura e o comércio desse cereal foram tema de inúmeros livros, e não será em algumas páginas que trarei novas ideias a respeito dessas obras – dentre elas algumas são excelentes, como a de Paul Erdkamp, publicada por Cambridge em 2005, intitulada **O mercado do trigo no Império Romano (The Grain Market in the Roman Empire)**. Paul Erdkamp considera o mercado e conhece bem seus limites. O que escreverei abaixo não se inspira diretamente em sua obra, mas estou amplamente de acordo com as suas ideias.

Temin, no seu artigo de 2001, não escreve muito sobre trigo, mas destaca que, para as mercadorias transportadas em grandes volumes, “*bulk commodities*”, um mercado unificado não poderia se estender para além das áreas costeiras, e Paul Erdkamp com razão concorda com essa visão. Mas, em um artigo mais recente, de 2006, no *Journal of Economic Perspectives*, Temin analisa seis preços de trigo, sendo que um é conhecido na Lusitânia e outro em Antioquia da Pisídia, ou seja, longe, no interior das terras. Ele conclui que havia uma unificação do mercado do trigo de uma ponta a outra do Império. Como se sabe, conhecemos muito pouco sobre

os preços na Antiguidade greco-romana, e não foi por uma falha de Peter Temin que ele só reuniu seis preços de trigo para o Alto Império. Seu raciocínio está fundado no fato de que as diferenças entre os seis preços se explicam pela distância dos lugares nos quais eles foram atestados com relação a Roma. O preço do trigo é fixado, segundo Temin, com relação a Roma e com relação aos gastos do transporte do trigo pelo mar até Roma, o que explica que, quanto mais se distancia de Roma, mais baixo é o preço. É evidentemente fácil de mostrar que fundar uma análise somente em seis preços não é nada sério. Menos sério ainda é dizer que o preço do trigo varia muito no interior de um ano ou de um ano a outro. Além disso, entre esses seis preços é necessário distinguir ao menos duas categorias: de um lado, há os preços locais, atestados no interior das terras (por exemplo, em Antioquia da Pisídia, na Ásia Menor), e de outro há aqueles que, com efeito, podem estar ligados com o abastecimento de Roma: um preço atestado no Egito e outro na Sicília.

Meu objetivo neste texto é mostrar que o trigo é um bom exemplo de mercados fragmentados, de mercados ativos, amplos, mas parciais: não são relativos a todo o Império Romano e não estruturam a totalidade da economia romana.

É necessário levar em conta tudo o que escapa ao mercado. Há duas grandes categorias de trigo que escapam ao mercado. A primeira é a desse cereal consumido pelos próprios produtores. Erdkamp concluiu que a maior parte produzida era para o autoconsumo do produtor e de sua família. Com efeito, ele opina que a maior parte dos pequenos produtores – pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros – produzia trigo por medo de faltar no caso de uma alta de preços provocada por uma colheita ruim (ERDKAMP, 2005). É certo que nada prova que essa ideia de Erdkamp seja justa, e ela certamente foi colocada em dúvida por Temin (2004). Em todo caso, uma parte do trigo era destinada ao autoconsumo; portanto, estava fora do mercado.

Outra parte do trigo que escapava ao mercado era aquela que Roma recebia a título de imposto e que era utilizada para o abastecimento da cidade. A partir de 123 a.C., Roma vendeu o trigo a preço reduzido para a população; em seguida, a partir da metade do I século a.C., as distribuições se tornaram gratuitas. Sabemos que, durante o II e I séculos a.C., a Sicília, a Sardenha e a África contribuíam com esse abastecimento, e os discursos

de Cícero contra Verres, sobretudo o *De Frumento*, contêm informações muito precisas sobre o modo pela qual essas retiradas eram calculadas e organizadas. A partir do reinado de Augusto, o Egito, por sua vez, contribuiu com o abastecimento.

Na Sicília, a partir de 73 a.C. Roma retira entre 20 e 25% da produção do trigo. Se o primeiro dízimo era um imposto, o resto destas retiradas – segundo dízimo, trigo requisitado (*frumentum imperatum*) e o trigo destinado ao celeiro do governador (*frumentum in cellam*) – era comprado por Roma junto aos produtores. Isto não impedia que esse cereal fosse subtraído do mercado, pois ele era comprado a preços fixados pelo Senado de Roma. Tais preços eram muito desfavoráveis aos sicilianos? Não temos certeza: dependia do comportamento do governador. Dependia também do preço corrente praticado na Sicília. Esse preço corrente parecia livre – exceto em caso de escassez, era preço de mercado e variava fortemente de uma estação a outra e de um ano a outro. Em todo caso, o trigo retirado por Roma era subtraído do mercado.

Se compararmos esses números com aqueles que conhecemos a partir dos estudos da Sicília moderna, entre os séculos XVI e XVIII, percebemos que as retiradas de Roma montam aproximadamente o total do excedente produzido pela Sicília, o qual poderia ser vendido fora da ilha. Podemos dizer então que, além do autoconsumo, o trigo que ficava na Sicília só poderia fazer parte de um comércio local ou regional no interior da ilha. Certamente no II século a.C., as retiradas de Roma eram, exceto em algumas circunstâncias excepcionais, mais baixas. De outro lado, salvo engano, ignoramos se as retiradas atestadas pelas Verrinas foram mantidas sob o Império, mas é bem provável que sim.

Passamos agora ao trigo vendido nos mercados (concretos e abstratos). Havia um comércio privado do trigo para o abastecimento de Roma e de seus portos. Óstia e *Portus*? Sim, certamente. Mas com que amplitude? Isso depende da importância da população de Roma, do consumo individual, das quantidades de trigo fiscal trazidas a Roma, do número de beneficiados pela distribuição gratuita e da quantidade que cada uma recebia. Os dois últimos índices são conhecidos, mas os outros são menos. Há então uma grande margem para interpretação. Rickman (1980), por exemplo, insistia no papel do comércio privado, enquanto Erdkamp opina que os poderes públicos forneciam pelo menos dois terços do trigo consumido em Roma.

Roma é um caso único. O edito de Antioquia da Pisídia, que data de 92 ou 93 d.C., é muito interessante para mostrar a situação de uma cidade no interior das terras e de uma região na qual os transportes não eram particularmente fáceis. Vejamos. Encontramo-nos antes da colheita e já sabemos que ela será ruim; por isso os preços subiram e alguns produtores de trigo da cidade estocaram a produção, seja por precaução, para terem certeza de que o produto não faltará, seja pelo espírito de especulação. A medida tomada pelo governador da província, Antistio Rústico, consistiu em obrigar os que detinham o trigo a guardar somente o necessário para a sementeira e para o consumo anual. O resto deveria ser vendido antes do dia primeiro de agosto por um preço fixado em função do último preço antes da recente alta. O edito não fala dos negociantes de grãos, e não se fala de fazer vir o trigo de outros lugares. E não há menção de proibir que o trigo saia da cidade, mas tudo se passa no seu interior. Será que havia mercadores no local ou as transações eram feitas somente entre produtores e consumidores? Não sabemos, mas, de todo modo, tudo se passa na cidade. Ao lado do autoconsumo, há, em alguns casos, um mercado abstrato (a intervenção do governador não seria compreendida se o mercado de trigo não existisse), mas é inteiramente local. O discurso 46 de Dion da Prusa apresenta outro exemplo parecido: o da cidade de Prusa. Na época dos Flávios havia dois grandes proprietários em Prusa: Dion e um outro. Faltou trigo, os preços subiam e ambos foram acusados pela população de estocar o cereal. Dion proclamou sua inocência e no seu discurso explicou que os preços haviam subido em Prusa certamente, mas também disse que ali o preço ainda era menor do que em outras cidades da Ásia Menor. Nesse ponto, vemos que há somente um mercado municipal. No *De frumento*, Cícero cita o exemplo da Ásia Menor em oposição à Sicília, defendendo que o preço do trigo era o mesmo em toda a Sicília, mas que na Ásia Menor havia diferença de cidade para cidade. O que Cícero fala sobre a Ásia Menor corresponde então ao que observamos nas cidades de Prusa e Antioquia mais de um século e meio depois.

Há então cinco ou seis tipos de distribuição do trigo produzido no Império. Fora do mercado, há o trigo para o autoconsumo dos produtores e aquele retirado pelos poderes públicos. No interior dos fenômenos de mercado há: 1) o mercado livre que contribui para o abastecimento de Roma; 2) os mercados regionais para o abastecimento das mais importantes cidades das províncias e daquelas de médio porte; 3) os mercados municipais como

aquele de Antioquia da Pisídia. É impossível sustentar a ideia de um mercado unificado no conjunto do Império. Para o trigo, os mercados abstratos são fragmentados e ao mesmo tempo hierarquizados, pois durante os dois primeiros séculos, o papel da cidade de Roma se revestiu, nesse sentido, de uma importância bastante singular tanto dentro quanto fora do mercado com as retiradas fiscais.

* * *

Passemos ao mercado do crédito. É um exemplo interessante, pois dispomos de vários textos antigos que mostram claramente a sua existência (negada por Finley) e fragmentação.

A existência de um mercado abstrato implica, como já disse, a possibilidade de escolha, se possível pelas duas partes. Em 61 a.C., Cícero procurou empréstimo para pagar uma casa no Palatino que ele tinha acabado de comprar de Crasso e que lhe custara 3 500 000 de sestércios. Como prestador possível, ele mencionou Quinto Cecílio – um *faenerator* (emprestador profissional) – em uma carta enviada ao amigo Ático (1, 12, 1), pois Cecílio dele era tio. Mas o *faenerator* não emprestava por menos de 12% ao ano nem mesmo aos amigos, e Cícero citou outros nomes: Consídio, Selício e Axio. O primeiro era também conhecido como *faenerator*, e o terceiro tinha relações de amizade com Cícero. Mas a personalidade desses emprestadores de dinheiro não é o que me interessa no momento. O que me importa é o fato de que Cícero tinha possibilidade de escolher ou tentar escolher segundo as exigências dos emprestadores, isto é, de acordo com o preço exigido por eles. O preço do crédito é a taxa de juro evidentemente, mas também é formado pelas modalidades de empréstimo e de pagamento, assim como a natureza e a importância das garantias.

Outro texto ainda mais sugestivo – e até mesmo mais interessante – não diz respeito a Roma, mas à província da Bitínia-Ponto, do início do século II d.C. São as duas cartas 10,54 e 10,55 de Plínio, o Jovem a Trajano. Plínio, o Jovem, entre 111 e 113 d.C., é o governador da Bitínia, na Turquia atual, e escreve cartas ao imperador, algumas das quais chegaram até nós. Segundo Plínio, as *pecuniae publicae*, que pertencem seja às cidades da província, seja à própria província, não são investidas. “Não encontramos terras para comprar”, escreve Plínio, o que prova que o mercado imobiliário na província não era tão ativo, ou mesmo que não havia mercado

imobiliário. E Plínio não consegue emprestar o dinheiro, porque ninguém quer tomar emprestado à *res publica* (da cidade? da província romana?) a taxas de 12% ao ano, praticada também pelos particulares. Ele propõe então abaixar as taxas, mas se mesmo assim o dinheiro não fosse emprestado, sua proposta obrigaria os decuriões a tomar o dinheiro emprestado a taxas de juros mais baixas estabelecidas por eles. Trajano também é favorável a uma diminuição da taxa de juros, mas se opõe a todo tipo de obrigação, e há, na sua resposta, uma frase particularmente interessante: “*modum eius ex copia eorum qui matuabuntur; tu constitues*” (a taxa de juro, você a fixará de acordo com o número de emprestadores). Essa frase é uma perfeita ilustração da fixação de preços no quadro de um mercado livre, em função da oferta e da procura.

Esses dois textos, dentre outros, são indícios da existência de mercados do crédito no mundo romano. Mas eles mostram a existência desse mercado unificado ao nível de todo o Império? Evidentemente que não.

Mas quanto a Roma e à Itália centro-meridional tirrena, temos indicações sobre as taxas de juros praticadas, sobretudo a partir dos textos literários. Vemos que os juros poderiam variar, especialmente em função da conjuntura política e da vida social e econômica da elite. Em 54 a.C., os juros eram bastante baixos (4%), mas, após um grande problema de corrupção eleitoral, subiram a 8%. Em 49 a.C., o dinheiro a ser emprestado se fez raro por causa da guerra civil; e César escreveu que as taxas de juros sempre aumentam em períodos de guerra. Ao contrário, em 31 a.C., após o confisco do tesouro da rainha do Egito, as taxas abaixaram dois terços, caindo de 12 para 4% ao ano. Além disso, em uma cidade como Roma, muitas taxas de juros podiam ser praticadas em um mesmo dia, dependendo do emprestador e dos laços que o uniam ao cliente, sem falar dos empréstimos abertamente usurários – que conhecemos muito pouco, pois eram ilegais, portanto, dissimulados.

Mas alguns fragmentos dos juriconsultos, escritos no século II e início do século III d.C., mostram que nesse tempo a situação era a mesma por toda parte. Um fragmento de Gaio sublinha que os preços variam de uma região a outra e mesmo de uma cidade a outra, especialmente o preço do dinheiro (que Gaio chama de *pretium pecuniarum*); as regiões onde o dinheiro é mais fácil de ser encontrado são também aquelas onde as taxas de juros são mais baixas. Um fragmento de Ulpiano (**Dig.** 26, 7, 7, 10) evoca

ao mesmo tempo taxas de juros de 12 % (*legitimae usurae*), 5 %, e 4 %, e faz alusão até mesmo à possibilidade de uma taxa mais baixa – e os juros podem variar de acordo com a província.

Dois outros fragmentos de Ulpiano (**Dig.** 27, 4, 3, 1 e **Dig.** 30, 39, 1) falam dos usos comuns de uma região (*mos regionis*), e mostram que, no momento dos pagamentos das contas de tutela, o juiz deve imperativamente levar em conta os usos comuns de cada região. Luigi Capogrossi Colognesi (2005) encontrou igualmente essa noção de região com relação aos contratos agrários e com relação à *remissio mercedis*, ou seja, as cobranças eventuais negociadas sobre as rendas a serem pagas no quadro dos contratos de aluguel das terras. A palavra *regio*, neste caso, evidentemente não tem o mesmo sentido de *regiones* da cidade de Roma ou das *regiones* da Itália. Trata-se de um pequeno contexto local ou regional, menor que a província e sem uma realidade administrativa. Seu perímetro geográfico provavelmente é variável, mas sobre isto não podemos ser mais precisos.

É importante destacar, como fez Luigi Capogrossi Colognesi (2005), que esses costumes da *regio* não eram considerados pelos juriconsultos como menos decisivos do que as cláusulas do contrato de locação. Em uma constituição de Diocleciano (**Code** 4, 65, 19) é dito que, no que concerne às locações, a fidelidade aos termos do contrato deve ser escrupulosamente observada, desde que nada que seja contrário ao costume do lugar tenha sido incluído. Essa força do costume local ou regional permite entender melhor como em algumas partes do Império as taxas de juros não variam nunca, ou variam excepcionalmente.

Acrescentamos também que existiam empréstimos *in natura* (por exemplo, os empréstimos de bens de consumo agrícolas). Infelizmente não temos muitas informações sobre eles além das contidas em alguns papiros do Egito (eles foram objeto de dois artigos de Daniele Foraboschi e de Alessandra Gara, 1981). Os empréstimos *in natura* constituíam mercados específicos com relação aos empréstimos de dinheiro? É provável, mas não temos como ser taxativos; mesmo para o Egito, os documentos disponíveis não parecem suficientes para mostrar as relações entre os dois tipos de empréstimos.

Essas diversas observações permitem concluir que é legítimo falar em mercado do crédito em um lugar dado, em certa época. Elas mostram também, de forma clara, que, de uma província a outra ou de uma região a

outra, as situações mudavam. Ora havia variações conjunturais das taxas de juros, como em Roma e na Itália centro-meridional no fim da República. Ora havia o hábito regional ou provincial (ou talvez mesmo local), como apresentam os fragmentos do **Digesto** dos quais acabei de falar. Além disso, como observou meu aluno François Lerouxel, que dedicou seu doutorado aos empréstimos de dinheiro no Egito romano, as taxas de juros só variam muito pouco na província durante os dois primeiros séculos da nossa era; eles montam, em quase todos os casos, a 12% ao ano (LEROUXEL, 2008).

Como os mercados do trabalho e do trigo, o do crédito é assim, a meu ver, um excelente exemplo de mercado fragmentado, de mercado que não é unificado. No mundo romano, os mercados de crédito são particularmente interessantes, pois eles aparecem bem intensos e vivos. Plínio, o Jovem, não diz que não havia emprestadores, mas que estes não queriam pagar juros tão altos, se o dinheiro era emprestado pelas autoridades públicas. Além disso, junto com o exemplo do Egito, esse da Bitínia mostra que o mercado do crédito não era um apanágio exclusivo da Itália. O número de fundações evergéticas que emprestam dinheiro nas mais diversas regiões do Império, vai nesse mesmo sentido, pois uma fundação desse tipo implica que o dinheiro possa ser emprestado – então, havia emprestadores em número suficiente para girar o mercado. Mas trata-se, em minha opinião, de mercados fragmentados, o que não diminui de forma alguma o interesse histórico por eles: essa é, por certo, uma situação constante nos grandes impérios da História pré-industrial.

Referências bibliográficas

- ANDREAU, J. Le Prix du blé en Sicile et à Antioche de Pisidie (*AE* 1925, 126b). In: DUBOULOZ J.; PITTIA S. (Orgs.) **La Sicile de Cicéron**, Lectures des Verrines. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2007, p. 111-125.
- CAPOGROSSI, L. C. **Remissio mercedis**, Una Storia tra logiche di sistema e autorità della norma. Naples: Jovene, 2005.
- DE LIGT, L. **Fairs and Markets in the Roman Empire**: economic and social aspects of periodic trade in a pre-industrial society. Amsterdam: J. C. Gieben, 1993.
- DE NEEVE, P. W. The Price of Agricultural Land in Roman Italy and the Problem of Economic Rationalism. **Opus**, v. 4, p. 77-109, 1985.
- DE RUYT, Cl. **Macellum**: marché alimentaire des Romains. Louvain-la-Neuve: Inst. Sup. d'Archéologie et d'Histoire de l'Art, 1983.

ERDKAMP, P. **The Grain Market in the Roman Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FINLEY, M. **The Ancient Economy**. Londres/Berkeley: University of California Press, 1973.

FORABOSCHI, D.; GARA, A. Sulla differenza tra tassi di interesse in natura e in moneta nell'Egitto greco-romano. **Proceedings of the XVIth Intern. Congress of Papyrology**, Chico, p. 335-343, 1981.

FORABOSCHI, D.; GARA, A. L'Economia dei crediti in natura (Egitto). **Athenaeum**, v. 60, p. 69-83, 1982.

FRAYN, J. M. **Markets and Fairs in Roman Italy: their social and economic importance from the second century B.C. to the third century A.D.** Oxford: Clarendon Press, 1993.

GARNSEY, P. D. **Famine and Food-Supply in the Graeco-Roman World**, Responses to Risk and Crisis. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

GUESNERIE, R. **L'économie de marché**. Paris: Le Pommier, 2006.

LEROUXEL, F. La banque privée romaine et le marché du crédit dans les tablettes de Murecine et les papyrus d'Egypte romaine. *In*: VERBOVEN, K.; VANDORPE, K.; CHANKOWSKI, V. (Orgs.) **Pistoi dia tèn technèn**. Bankers, Loans and Archives in the Ancient World: Studies in Honour of Raymond Bogaert. *Studia Hellenistica* 44. Leuven: Peeters, 2008, p. 169-198.

LO CASCIO, E. (Org.) **Mercati permanenti e mercati periodici nel mondo romano**, Atti degli incontri capresi di storia dell'economia antica (Capri, 13-15 ottobre 1997). Bari: Edipuglia, 2000.

_____. (Org.) **Credito e moneta nel mondo romano**, Atti degli Incontri capresi di storia dell'economia antica (Capri, 12-14 ottobre 2000). Bari: Edipuglia, 2003.

NOLLÉ, J. **Nundinas habere et instituere**, Epigraphische Zeugnisse zur Einrichtung und Gestaltung von ländlichen Märkten in Afrika und in der Provinz Asia. Hildesheim/Zürich/New York: G. Olms, 1982.

RICKMAN, G. The Grain Trade under the Roman Empire. *In*: D'ARMS, J. H.; KOPFF, E. C. (Orgs.) **The Seaborne Commerce of Ancient Rome: Studies in Archaeology and History** (MAAR, 36). Roma: American Academy in Rome, 1980, p. 261-275.

TEMIN, P. A Market Economy in the Early Roman Empire. **Journal of Roman Studies**, v. 91, p. 169-181, 2001.

_____. The Labor Market of the Early Roman Empire. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 34, p. 513-538, 2004.

_____. The Economy of the Early Roman Empire. **Journal of Economic Perspectives**, v. 20, fasc. 1, p. 133-151, inverno de 2006.

Nota

¹ Nota do tradutor: Este artigo faz parte de um conjunto de conferências que foram ministradas por Jean Andreau nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana e Pelotas, em 2011, a convite dos professores Cláudia Beltrão da Rosa (UNIRIO), Norberto Guarinello (USP), Fábio Favarsani (UFOP) e Fábio Vergara (UFPel). Em nome de Jean Andreau, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos, em especial à Cláudia Beltrão da Rosa, que tornou possível a sua vinda ao Brasil.